ISSN: 2358-8829

DIVERSIDADE CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA PLURAL

Antônio Israel de Oliveira Silva [1]
Letícia Albuquerque Sousa [2]
Patrícia Cristina de Aragão [3]

INTRODUÇÃO

A diversidade cultural constitui uma característica fundamental da sociedade brasileira, formada historicamente pelas contribuições de diferentes povos e grupos sociais. Entretanto, o reconhecimento dessas experiências ainda representa um desafio no espaço escolar. No ensino de História, essa questão se torna especialmente importante, considerando que a disciplina contribui para a compreensão do passado e das relações sociais, culturais e políticas presentes na sociedade.

Ao longo de sua trajetória, o ensino de História esteve relacionado a diferentes projetos educacionais e políticos, que influenciaram a seleção dos conteúdos escolares. Bittencourt (2008) demonstra como a disciplina esteve associada, em determinados períodos, à construção de uma identidade nacional, privilegiando algumas narrativas históricas. Essa discussão permite refletir sobre a necessidade de ampliar a presença de diferentes sujeitos e experiências nos conhecimentos trabalhados em sala de aula.

Entretanto, valorizar a diversidade cultural não significa apenas incluir novos conteúdos no currículo, mas também considerar como eles são abordados. Nesse sentido, bell hooks (2013) destaca a importância de transformar práticas pedagógicas que desconsideram diferentes experiências culturais. No contexto brasileiro, as Leis nº

[1] Graduando do Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, israel.o@aluno.uepb.edu.br;
[2] Graduanda pelo Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, leticia.albuquerque@aluno.uepb.edu.br;
[3] Professora do Departamento de História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Historiadora e Doutora em Educação pela UFPB, Pós-Doutora em História pela UFCG, coordenadora do PIBID - História (Campus I), patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br.

Trabalho vinculado às atividades formativas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto História, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

10.639/2003 e nº 11.645/2008 representaram avanços ao estabelecerem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Apesar disso, permanecem desafios relacionados à efetivação dessas determinações e ao enfrentamento de preconceitos no ambiente escolar, questão que também pode ser discutida a partir das contribuições de Pinheiro (2023).

Diante dessas questões, este trabalho tem como objetivo discutir os desafios e as possibilidades da valorização da diversidade cultural no ensino de História, considerando sua importância para a construção de uma educação histórica plural. Busca-se compreender como o reconhecimento de diferentes sujeitos e experiências culturais pode contribuir para práticas educativas mais críticas e comprometidas com o respeito às diferenças.

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentando-se nas contribuições de Bittencourt (2008), hooks (2013) e Pinheiro (2023), além da legislação educacional pertinente. As discussões são articuladas às experiências formativas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), especialmente às atividades de leitura, reflexão e aproximação com a realidade escolar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, voltado à discussão da diversidade cultural no ensino de História. Fundamentou-se nas contribuições de Circe Bittencourt (2008), bell hooks (2013) e Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), selecionadas por suas reflexões sobre o conhecimento histórico escolar, a educação multicultural e a educação antirracista.

A análise concentrou-se nas discussões de Bittencourt (2008) sobre a constituição da disciplina de História, a construção do conhecimento escolar e a atuação docente; nas reflexões de hooks (2013) sobre o reconhecimento das diferenças e a transformação das práticas pedagógicas; e nas contribuições de Pinheiro (2023) acerca da responsabilidade dos educadores no enfrentamento do racismo. Também foram consideradas as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A seleção dessas referências considerou sua relação com o objetivo da pesquisa e as contribuições

ISSN: 2358-8829

que oferecem para compreender os desafios da valorização da diversidade cultural nas práticas educativas.

A discussão bibliográfica foi organizada em três eixos: a seleção dos conhecimentos históricos escolares, o reconhecimento da diversidade cultural nas práticas pedagógicas e a formação docente para uma educação crítica e antirracista. A partir deles, buscou-se estabelecer relações entre as contribuições das autoras e identificar desafios para a construção de uma educação histórica plural.

As reflexões também foram articuladas às experiências formativas desenvolvidas no âmbito do PIBID, subprojeto História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), considerando reuniões de estudo, leituras sobre diversidade cultural e situações vivenciadas no cotidiano escolar. Essas experiências foram utilizadas para contextualizar a discussão bibliográfica, sem constituírem uma investigação sistemática sobre a aprendizagem dos estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diversidade Cultural e Construção do Conhecimento Histórico Escolar

O ensino de História desempenha um papel importante na formação dos estudantes, pois possibilita compreender diferentes experiências humanas e transformações ocorridas ao longo do tempo. Entretanto, os conhecimentos históricos apresentados nas escolas não são definidos de maneira independente das condições sociais e políticas de cada período. Conforme Bittencourt (2008, p. 64-65), a constituição da disciplina esteve relacionada a diferentes projetos educacionais, especialmente à construção de uma identidade nacional, que privilegiou determinadas narrativas e personagens históricos.

Essa discussão permite compreender a importância de questionar quais sujeitos são valorizados nos conteúdos escolares e como suas experiências são apresentadas. A construção de uma educação histórica plural exige o reconhecimento da participação de diferentes grupos sociais nos processos históricos, considerando suas contribuições e formas de organização. Nesse sentido, a diversidade cultural deve ser compreendida como parte da própria formação histórica da sociedade, e não como um conteúdo isolado.

ISSN: 2358-8829

Outro aspecto discutido por Bittencourt (2008, p. 36-39) diz respeito à relação entre o conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar. Ao apresentar diferentes concepções sobre as disciplinas escolares, a autora destaca perspectivas que reconhecem a escola como espaço de produção de conhecimentos próprios. Dessa forma, o ensino de História não pode ser reduzido à transmissão de informações acadêmicas, pois envolve escolhas pedagógicas e relações estabelecidas entre os conteúdos, os professores e os estudantes.

A partir dessa compreensão, o professor participa da construção do conhecimento histórico escolar por meio da seleção dos materiais, das abordagens utilizadas e das discussões desenvolvidas em sala de aula. Quando relacionada à diversidade cultural, essa atuação exige atenção à maneira como diferentes grupos são representados, evitando interpretações simplificadas ou estereotipadas. Assim, as contribuições de Bittencourt (2008) permitem refletir sobre a importância de um ensino de História que amplie a presença de diferentes sujeitos históricos e problematize as narrativas tradicionalmente privilegiadas.

Educação Multicultural e Valorização das Diferenças

A valorização da diversidade cultural no ambiente escolar envolve não apenas o reconhecimento das diferenças existentes entre os estudantes, mas também a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores. Nesse sentido, a construção de uma educação plural exige que a escola considere diferentes experiências culturais e sociais, evitando a reprodução de perspectivas que apresentam determinados grupos como superiores ou mais importantes que outros.

Ao discutir a educação multicultural, bell hooks (2013, p. 51-54) destaca a necessidade de transformar práticas educativas que, historicamente, privilegiaram determinadas experiências culturais em detrimento de outras. No capítulo “Abraçar a mudança: o ensino num mundo multicultural”, a autora problematiza as dificuldades enfrentadas pelos professores diante das transformações necessárias para o desenvolvimento de uma educação comprometida com o reconhecimento das diferenças. Sua discussão demonstra que a construção de práticas multiculturais exige uma reflexão sobre as concepções que orientam o ensino e sobre a maneira como os conhecimentos são apresentados aos estudantes.

ISSN: 2358-8829

A autora também chama atenção para a importância da formação docente nesse processo. Conforme hooks (2013), a transformação das práticas pedagógicas envolve desafios que nem sempre são enfrentados de maneira simples pelos professores, especialmente quando exige o questionamento de concepções anteriormente estabelecidas. Dessa forma, a valorização da diversidade cultural não depende exclusivamente da inclusão de novos conteúdos nos currículos, mas também da preparação dos educadores para trabalhar com diferentes perspectivas e experiências presentes no espaço escolar.

No ensino de História, essas reflexões permitem compreender a importância de abordar diferentes grupos sociais sem limitar suas experiências a representações simplificadas ou estereotipadas. O reconhecimento da diversidade cultural deve estar relacionado à compreensão dos processos históricos que contribuíram para a formação dessas culturas e das relações sociais que influenciaram suas representações. Assim, trabalhar a história e a cultura afro-brasileira e indígena, por exemplo, envolve reconhecer suas contribuições para a sociedade e problematizar os preconceitos que ainda permanecem associados a esses grupos.

Outro aspecto importante da discussão de bell hooks (2013) está relacionado à participação dos estudantes no processo educativo. Na introdução de sua obra, a autora defende uma concepção de educação em que os alunos sejam reconhecidos como participantes ativos da construção do conhecimento. Essa perspectiva permite refletir sobre a importância de considerar suas experiências e conhecimentos prévios durante as atividades pedagógicas, criando possibilidades para o diálogo e para a construção de uma compreensão mais crítica dos conteúdos trabalhados.

Entretanto, reconhecer as experiências dos estudantes não significa aceitar todas as interpretações sem questionamento. No ensino de História, o professor possui a responsabilidade de relacionar essas experiências aos conhecimentos históricos, utilizando fontes e discussões que possibilitem problematizar ideias preconcebidas. Dessa maneira, o diálogo em sala de aula pode contribuir para identificar representações discriminatórias e desenvolver reflexões que ampliem a compreensão dos estudantes sobre diferentes manifestações culturais.

Portanto, as contribuições de bell hooks permitem compreender que uma educação multicultural exige mudanças tanto na organização das práticas pedagógicas quanto na maneira como professores e estudantes se relacionam com o conhecimento.

ISSN: 2358-8829

Quando articuladas ao ensino de História, essas discussões reforçam a importância de uma atuação docente que reconheça a diversidade cultural e contribua para a construção de uma educação histórica mais crítica e plural.

Educação Antirracista e Formação Docente

A construção de uma educação histórica plural também está relacionada à necessidade de enfrentar os preconceitos e as desigualdades que permanecem presentes na sociedade brasileira. No ambiente escolar, essa discussão se torna especialmente importante, considerando que determinadas representações sobre grupos sociais e manifestações culturais podem contribuir para a reprodução de estereótipos e práticas discriminatórias. Nesse sentido, o ensino de História possui um papel relevante ao possibilitar a compreensão dos processos históricos que contribuíram para a formação dessas desigualdades.

No Brasil, a Lei nº 10.639/2003 representou um importante avanço ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa determinação, incluindo a história e a cultura dos povos indígenas. Essas mudanças na legislação educacional reforçam a necessidade de reconhecer a participação de diferentes grupos na formação da sociedade brasileira, contribuindo para ampliar as perspectivas presentes nos conteúdos escolares.

Entretanto, a existência dessas determinações legais não significa que os desafios relacionados à valorização da diversidade cultural tenham sido superados. A inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena representa uma medida importante, mas também é necessário refletir sobre a maneira como esses conhecimentos são trabalhados nas práticas pedagógicas. Uma abordagem que se limite à apresentação de manifestações culturais, sem considerar seus contextos históricos e os preconceitos associados a elas, pode deixar de problematizar questões importantes para a formação dos estudantes.

Nesse contexto, as contribuições de Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), na obra Como ser um educador antirracista, ajudam a aprofundar a discussão sobre a responsabilidade dos educadores no enfrentamento do racismo. Ao abordar a participação de professores brancos na educação antirracista, a autora problematiza a

ISSN: 2358-8829

compreensão de que o combate ao racismo seria uma responsabilidade exclusiva das pessoas negras. Sua reflexão chama atenção para a necessidade de questionar também as estruturas sociais e as relações raciais que contribuem para a manutenção das desigualdades.

A partir dessa discussão, é possível compreender que a educação antirracista exige uma postura crítica diante de práticas e representações que naturalizam a discriminação. No ensino de História, essa perspectiva pode contribuir para uma abordagem que não apenas reconheça as contribuições de diferentes povos e culturas, mas também discuta os processos históricos de exclusão e resistência. Dessa maneira, o estudo da diversidade cultural pode ser relacionado à compreensão das desigualdades que marcaram a formação da sociedade brasileira e que continuam produzindo consequências no presente.

A formação docente também ocupa um lugar importante nesse processo. O desenvolvimento de práticas educativas comprometidas com o reconhecimento da diversidade exige que os professores tenham oportunidades de estudar, discutir e refletir sobre questões relacionadas ao racismo, às diferenças culturais e às representações históricas. Nesse sentido, a formação inicial pode contribuir para ampliar a compreensão dos futuros professores sobre os desafios presentes no cotidiano escolar e sobre a importância de uma atuação pedagógica que não reproduza preconceitos.

Essa reflexão permite estabelecer uma relação com as experiências formativas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). As reuniões de leitura, as discussões sobre diversidade cultural e a aproximação com a realidade escolar constituem oportunidades para relacionar os conhecimentos construídos na universidade às questões presentes na educação básica. Embora essas experiências não representem, por si só, a superação dos desafios enfrentados pelos professores, elas podem contribuir para a construção de uma postura mais reflexiva diante das diferenças culturais e das situações de preconceito presentes no ambiente escolar.

Portanto, a construção de uma educação histórica plural envolve tanto o reconhecimento da diversidade cultural nos conteúdos escolares quanto a necessidade de uma formação docente comprometida com o enfrentamento das desigualdades. Nesse processo, as contribuições de Pinheiro (2023), articuladas às discussões de Bittencourt (2008) e hooks (2013), permitem compreender que a valorização das diferenças exige

uma atuação pedagógica crítica, capaz de questionar representações discriminatórias e ampliar as possibilidades de compreensão das experiências históricas de diferentes grupos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica permitiu identificar que a construção de uma educação histórica plural envolve três dimensões que precisam ser consideradas de maneira articulada: a seleção dos conhecimentos históricos escolares, a forma como esses conhecimentos são trabalhados nas práticas pedagógicas e a formação dos professores para lidar com a diversidade cultural. Embora essas dimensões estejam relacionadas, cada uma apresenta desafios específicos que precisam ser compreendidos para que a valorização das diferenças não permaneça restrita às orientações curriculares.

A primeira dimensão está relacionada à seleção dos conteúdos históricos. A partir das contribuições de Bittencourt (2008), compreende-se que os conhecimentos escolares são construídos em determinados contextos sociais e políticos, sendo influenciados pelas finalidades atribuídas à disciplina. Essa discussão permite identificar que a presença ou a ausência de determinados sujeitos nas narrativas históricas não constitui uma questão secundária, pois influencia as possibilidades de compreensão que os estudantes desenvolvem sobre o passado. Dessa maneira, ampliar a representação de diferentes grupos sociais significa também questionar perspectivas que, historicamente, privilegiaram determinados personagens e acontecimentos.

Entretanto, a análise das contribuições de bell hooks (2013) evidencia que a ampliação dos conteúdos, embora necessária, não é suficiente para garantir uma educação comprometida com a pluralidade cultural. A maneira como os conhecimentos são apresentados e discutidos também interfere nas possibilidades de reconhecimento das diferenças. No ensino de História, por exemplo, a inclusão de conteúdos relacionados aos povos indígenas não assegura uma abordagem plural quando esses grupos continuam sendo representados como homogêneos ou associados exclusivamente ao período colonial. Assim, a seleção curricular precisa estar acompanhada de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das experiências históricas e evitem interpretações generalizantes.

ISSN: 2358-8829

Essa relação entre currículo e prática pedagógica constitui um dos principais resultados da análise bibliográfica. As discussões de Bittencourt (2008) e hooks (2013) permitem compreender que a valorização de diferentes sujeitos históricos depende tanto de sua presença nos conteúdos escolares quanto das interpretações construídas durante o processo educativo. Isso significa que uma abordagem comprometida com a diversidade cultural não deve se limitar a acrescentar temas ao planejamento, mas também considerar as perguntas formuladas, os materiais utilizados e as possibilidades de discussão oferecidas aos estudantes.

A segunda dimensão identificada diz respeito ao enfrentamento de preconceitos e representações culturais discriminatórias. As contribuições de Pinheiro (2023) permitem aprofundar essa discussão ao destacar a responsabilidade dos educadores no enfrentamento do racismo. Quando relacionada ao ensino de História, essa perspectiva evidencia a necessidade de compreender que determinadas manifestações culturais foram historicamente submetidas a processos de desvalorização e discriminação. Dessa forma, sua abordagem em sala de aula exige não apenas o reconhecimento de sua existência, mas também a problematização das relações sociais que contribuíram para a construção dessas representações.

Essa questão pode ser relacionada a uma experiência vivenciada por um dos autores durante as atividades do PIBID, em uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental. Em uma aula sobre sociedade escravista e cultura afro-brasileira, a apresentação de uma imagem da Lavagem do Bonfim provocou comentários de alguns estudantes, que utilizaram a expressão “macumba” de maneira depreciativa para se referir à manifestação cultural e religiosa. A situação motivou uma discussão sobre as contribuições culturais afro-brasileiras e os preconceitos associados às religiões de matrizes africanas.

Embora essa experiência não tenha sido objeto de uma investigação sistemática, ela ilustra um desafio discutido na bibliografia: a presença de representações preconceituosas que podem interferir na maneira como os estudantes interpretam diferentes manifestações culturais. Nesse contexto, a atuação docente envolve reconhecer essas interpretações e criar possibilidades para que sejam problematizadas historicamente. Não é possível afirmar que a discussão realizada tenha produzido mudanças duradouras nas concepções dos estudantes, mas a experiência contribuiu para

refletir sobre a importância da preparação dos professores diante de situações semelhantes.

A terceira dimensão identificada refere-se à formação docente. A articulação entre as contribuições de Bittencourt (2008), hooks (2013) e Pinheiro (2023) permite compreender que o reconhecimento da diversidade cultural exige conhecimentos e posicionamentos pedagógicos que precisam ser desenvolvidos ao longo da formação dos professores. Não basta conhecer os conteúdos históricos; também é necessário refletir sobre a maneira como são selecionados, apresentados e relacionados às experiências dos estudantes.

Nesse sentido, as atividades formativas desenvolvidas no PIBID constituíram oportunidades para aproximar essas discussões da realidade escolar. As reuniões de leitura e os estudos relacionados à diversidade cultural, incluindo reflexões sobre os povos indígenas e os processos de exclusão enfrentados por grupos ciganos, possibilitaram considerar experiências históricas que nem sempre recebem a mesma atenção nos conteúdos escolares. Essas discussões também permitem reconhecer a importância de evitar representações que tratem diferentes grupos sociais como conjuntos homogêneos, desconsiderando suas particularidades históricas e culturais.

A articulação entre a bibliografia e essas experiências formativas permite compreender que a construção de uma educação histórica plural envolve desafios que não podem ser solucionados apenas pela existência de determinações legais. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representam avanços importantes ao estabelecerem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Entretanto, sua efetivação também está relacionada às condições de ensino, à formação dos professores e às escolhas pedagógicas realizadas no cotidiano escolar.

Dessa maneira, o principal resultado da análise está na compreensão de que as dimensões curricular, pedagógica e formativa não podem ser consideradas de maneira isolada. A presença de diferentes sujeitos históricos nos conteúdos escolares constitui um avanço, mas precisa estar acompanhada de abordagens que problematizem representações preconceituosas e de uma formação docente que prepare os professores para desenvolver essas discussões. Assim, a construção de uma educação histórica plural depende da articulação entre o reconhecimento das diferenças culturais, a análise crítica das relações sociais e o compromisso com práticas educativas que ampliem as perspectivas históricas apresentadas aos estudantes.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou discutir os desafios e as possibilidades da valorização da diversidade cultural no ensino de História, considerando sua importância para a construção de uma educação histórica plural. A partir da análise bibliográfica realizada, foi possível compreender que o reconhecimento de diferentes sujeitos e experiências históricas constitui uma dimensão importante para o desenvolvimento de práticas educativas mais críticas e comprometidas com o respeito às diferenças.

As discussões desenvolvidas a partir das contribuições de Bittencourt (2008), hooks (2013) e Pinheiro (2023) permitiram identificar que a construção de uma educação histórica plural envolve três dimensões fundamentais: a seleção dos conhecimentos históricos escolares, a maneira como esses conhecimentos são trabalhados e a formação dos professores. Essas dimensões demonstram que a inclusão de diferentes sujeitos nos conteúdos escolares representa um avanço necessário, mas não garante, isoladamente, a superação de perspectivas restritas ou de representações preconceituosas. Para isso, é importante que os conteúdos sejam acompanhados de práticas pedagógicas capazes de problematizar as relações históricas e sociais que contribuíram para a marginalização de determinados grupos.

A articulação dessas reflexões com as experiências formativas desenvolvidas no PIBID também possibilitou discutir a importância da formação inicial de professores para o enfrentamento dos desafios presentes no cotidiano escolar. As atividades de leitura, as discussões sobre diversidade cultural e a aproximação com a realidade da educação básica constituíram oportunidades de refletir sobre a responsabilidade docente diante de situações que envolvem preconceitos e representações culturais. Entretanto, considerando o caráter bibliográfico da pesquisa, essas experiências foram utilizadas como elementos de contextualização, não sendo possível estabelecer conclusões sobre seus efeitos na aprendizagem dos estudantes.

Dessa forma, conclui-se que a construção de uma educação histórica plural exige um compromisso contínuo com o reconhecimento de diferentes experiências históricas, a formação docente e o enfrentamento de práticas discriminatórias. Embora a legislação educacional brasileira represente um avanço importante nesse processo, sua efetivação depende também das condições de ensino e das práticas desenvolvidas nas escolas.

Assim, as reflexões apresentadas reforçam a importância de um ensino de História que não apenas reconheça a diversidade cultural presente na sociedade, mas também contribua para a compreensão crítica dos processos históricos que produziram desigualdades e diferentes formas de exclusão.

Palavras-chave: Diversidade cultural; Ensino de História; Educação histórica; Pluralidade cultural.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 03 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 03 nov. 2026.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.